

O espantallo da dissolução

RAUL PILLA

HÁ, com efeito, autores que não consideram essencial ao sistema parlamentar a dissolução do parlamento. Outros, porém, e dos mais acreditados, pensam de maneira contrária. Fácil é explicar a aparente contradição. Referem-se os primeiros ao simples governo de gabinete; consideram os segundos, propriamente, o sistema parlamentar.

Com efeito, a existência de um gabinete responsável perante o Poder Legislativo não implica a dissolução, mas traduz, então, antes um governo de assembléia, que um governo parlamentar. Não passa em tal caso, o ministério, de uma simples delegação da representação nacional. Somente a possibilidade da dissolução, isto é, da consulta à nação, restabelece o equilíbrio entre os dois poderes. Esta é a razão pela qual as constituições parlamentaristas, em geral, inclusive as mais modernas, como a da França e a da Itália, consagram, com maiores ou menores cautelas, e até sem cautela nenhuma, o instituto da dissolução parlamentar.

Mas não é, apenas, a necessidade de colocar os dois poderes um em face do outro, em vez de absorver um no outro, o que justifica a dissolução. É aquêlê principio fundamental da democracia representativa, que justamente no sistema parlamentar encontra a sua mais fiel expressão: que o governo deve sempre realizar-se em consonância com a nação, que esta deve poder ser consultada em determinadas situações. Tal é a razão por que, se raros autores não consideram essencial a dissolução, a maioria, com Burdeau, a julga indispensável à caracterização do sistema.

O meu eminente amigo Aliomar Baleeiro resolveu, porém, levantar o espantallo da dissolução, a qual, raciocinando ainda dentro do ambiente criado pelo presidencialismo, êle considera o mal maior. Mas, como tantas vêzes faz a prôvida natureza, ministrou-me êle o antídoto ao lado da peçonha. Citou a Itália, cujo povo tem um temperamento vibrátil semelhante ao nosso, citou a Itália, onde o presidente da República pode dissolver o parlamento, sem nenhuma limitação, senão a de ouvir antes, somente ouvir, os presidentes das câmaras interessadas. Entretanto, é Aliomar Baleeiro quem o reconhece, há cinco anos governa o gabinete De Gasperi a Itália, sem que até agora tenha havido dissolução do parlamento. Portanto, ela não é a coisa temerosa que a muitos se afigura. Não passa de uma arma que é preciso ter em casa e só por isto exerce um papel preventivo. Poderá não ser utilizada nunca, mas deve estar à mão, para ser empregada em caso de necessidade.